

TR NAIÁ N° 05/2023

REF.: Termo de Referência para elaboração e apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) relacionados ao empreendimento "**Aterro Sanitário Nazaré CTR - PE**", no município de Nazaré da Mata-PE (**Processo CPRH n° 3537/2023**).

INTERESSADO: CTR - PE - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.

1. INTRODUÇÃO

O Processo CPRH n° 3537/2023 refere-se ao requerimento de Licença Prévia para o empreendimento "Aterro Sanitário Nazaré CTR - PE", pela CTR - PE - Central de Tratamento de Resíduos LTDA, a ser implantado no município de Nazaré da Mata-PE (coordenadas informadas: 7°45'50.61"S e 35°15'50.45"O). Segundo as informações apresentadas sobre o empreendimento no Memorial Descritivo, o aterro sanitário terá uma área total de 20 ha, com previsão de recebimento de 400 ton/dia de resíduos e vida útil de 20 anos. Será projetado para receber os resíduos sólidos urbanos gerados pelos municípios da região da Zona da Mata Norte.

Em vistoria realizada pela equipe do NAIÁ (Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental) no dia 14/04/2023 à área do empreendimento foi verificada a existência de um riacho que margeia a poligonal proposta à implantação do aterro sanitário em sua porção norte que corre no sentido oeste-leste para o qual deverá ser dada especial atenção quanto aos distanciamentos.

A Instrução Normativa CPRH n° 008/2021 estabelece:

"Art. 3° Para a escolha da área para a implantação de aterro sanitário de resíduos sólidos não perigosos o empreendedor deve considerar as seguintes condicionantes:

VIII - o perímetro do aterro esteja a uma distância mínima de 200 m de qualquer coleção hídrica ou curso de água, incluindo nascentes temporárias e perenes;"

Na vistoria observou-se ainda a existência de um vazadouro a céu aberto chamado "Lixão de Nazaré da Mata", como também mencionado no Memorial Descritivo apresentado pelo Empreendedor, para o qual se sugere que seja avaliada a possibilidade de uma parceria com a prefeitura municipal de Nazaré da Mata para o tratamento desses resíduos.

Por se tratar de um empreendimento de grande porte, o Estudo Ambiental a ser elaborado para o licenciamento ambiental em questão é o Estudo de

Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O EIA subsidia a análise da viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade considerada potencial ou efetivamente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Além disso, o EIA permite a tomada de decisão do órgão ambiental (CPRH) quanto à concessão ou não da Licença Prévia (LP).

Este Termo de Referência (TR) tem por objetivo estabelecer um referencial para orientar a equipe inter e multidisciplinar quanto aos procedimentos a serem seguidos na elaboração do EIA/RIMA do empreendimento em questão.

Este TR contempla os requisitos mínimos para o levantamento e análise dos componentes ambientais existentes na área de influência do empreendimento, como também, informações gerais sobre os procedimentos administrativos e de apresentação referentes ao EIA.

O presente TR fundamenta-se nas informações fornecidas pelo empreendedor apresentadas no processo em pauta e na vistoria realizada na área pelos analistas do NAIA/CPRH. Situações adversas às apresentadas poderão suscitar modificações e/ou acréscimos nas informações a serem apresentadas no EIA/RIMA, solicitadas neste TR, ou até mesmo modificações nos procedimentos de licenciamento.

O prazo de validade deste TR é de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, a critério da CPRH, conforme a legislação vigente (Lei Estadual nº 14.249/2010 e alterações).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. FORMA DE APRESENTAÇÃO

O EIA e o RIMA deverão ser apresentados em volumes separados, na via original, encadernados em espiral, em folhas de tamanho A4 (210 x 297 mm), com páginas numeradas e impressão em frente e verso, sempre que isso não prejudicar a leitura e a compreensão clara do conteúdo.

As fotografias deverão ser originais, legendadas e datadas. As tabelas, quadros, figuras e ilustrações deverão ser legíveis, com textos e legendas em português, utilizando técnicas que facilitem a sua análise, além de conter a fonte dos dados apresentados.

O EIA deve seguir a sequência de itens na ordem apresentada neste TR, respeitando as numerações, títulos e subtítulos, exceto em caso de inserção de itens complementares. Caso exista algum tipo de impedimento, limitação ou discordância para o atendimento de qualquer dos itens propostos, sua omissão ou insuficiência deve ser justificada com argumentação objetiva, porém, bem fundamentada.

No EIA devem ser evitadas descrições e análises genéricas que não digam respeito à área e região específicas do empreendimento, às suas

atividades ou que não tenham relação direta ou indireta relevante com as atividades de implantação, operação e desativação do empreendimento. Devem ser evitadas repetições desnecessárias de conteúdo de livros-textos que tratam de teorias, conceitos e práticas gerais de cada meio estudado.

O RIMA deve ser apresentado de forma sintética e objetiva, em linguagem didática e de fácil entendimento ao público em geral e aos tomadores de decisão, devendo ser ilustrado por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto e suas alternativas, bem como todas as consequências ambientais de sua implantação.

Na folha de identificação contida no EIA, deverá constar assinatura de todos os integrantes da equipe multidisciplinar responsável pela sua elaboração.

2.2. NÚMERO DE CÓPIAS/CONTEÚDO

O EIA e o RIMA deverão ser apresentados em 01 (uma) via impressa, seguindo a ordem e o conteúdo mínimo constantes do roteiro estabelecido neste TR.

O EIA e o RIMA deverão também ser apresentados em formato digital PDF (*Portable Document Format*), em arquivo único, não devendo haver subdivisão em diversos arquivos. O documento deve ser gravado em *pen drive*, em 02 (duas) cópias, inclusive com ilustrações (mapas, figuras, gráficos etc.).

No *pen drive* deve constar também os documentos cartográficos orientados no item 2.5.

A entrega dos arquivos digitais e da via impressa do estudo deverá ser agendada previamente junto ao Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental - NAIA

2.3. DAS OBRIGAÇÕES DO EMPREENDEDOR

Ao proponente do projeto compete:

- a) Arcar com todas as despesas e custos referentes à realização do EIA, tais como: coleta e aquisição de dados e informações; trabalhos e inspeções de campo; análises de laboratório; estudos técnicos e científicos; elaboração do RIMA e fornecimento de cópias conforme o exposto no item anterior.
- b) Arcar com custos referentes à: publicação de editais e de pedido de licença, conforme modelo fornecido pela CPRH, em jornal oficial e em um periódico local de grande circulação; análise do EIA/RIMA; realização de audiência pública; logística necessária às visitas técnicas e/ou vistorias entendidas como importantes para subsidiar a tomada de decisão do órgão ambiental; e concessão das licenças ambientais.

- c) Atender às exigências da CPRH quanto aos elementos informativos julgados necessários ao processo de análise ambiental e de licenciamento.

Cabe também ressaltar que a consecução do processo de licenciamento, que inclui as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, dependerá do cumprimento, pelo empreendedor, dos requisitos básicos exigidos pela CPRH para aprovação do EIA/RIMA, dos programas ambientais para implantação das medidas mitigadoras, do projeto de engenharia do empreendimento e dos procedimentos técnicos e construtivos adotados, assim como, do desimpedimento do processo quanto a restrições de ordem jurídica e legal.

2.4. DA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS

As informações ambientais básicas são todas aquelas que são referências para levantamentos posteriores que sobre elas se baseiam para detalhamento e aprofundamento técnico.

As informações ambientais básicas deverão ser obtidas nos órgãos oficiais, universidades e demais entidades que reconhecidamente produzam dados com metodologia científica padrão, auditável e aceita pela comunidade científica com resultados publicados em periódicos científicos revisados por pares.

Tais informações ambientais básicas deverão ser complementadas com visitas de campo para sua validação ou refinamento para o uso específico a que se propõe o EIA/RIMA. A utilização de dados de sensoriamento remoto, como o uso de imagens de satélite, poderá ser necessária como complementação das informações ambientais disponíveis para a área, caso o material disponível em fontes secundárias não atenda aos requisitos necessários para o conhecimento satisfatório dos impactos do empreendimento sobre a área. Isso inclui o tratamento das imagens por metodologias padrão, tais como a classificação supervisionada e não-supervisionada de imagens, a fim de criação de temas ambientais de interesse para a preservação e mitigação.

2.5. DA APRESENTAÇÃO DE MATERIAL CARTOGRÁFICO

A base cartográfica a ser utilizada e os mapas temáticos deverão ser apresentados em conformidade com os padrões usualmente adotados por órgãos oficiais, devendo conter: orientação geográfica; escala gráfica e numérica, compatível com o nível de detalhamento dos elementos mapeados e adequada para a área de influência; projeção cartográfica (coordenadas geográficas e UTM); DATUM SIRGAS 2000; Meridiano Central; convenções cartográficas; e legendas (contendo título temático, título do estudo ambiental, legenda de todas as feições contidas no documento cartográfico). Deverão conter também a fonte (origem da cartografia e dos dados lançados e parâmetros de aquisição) e a data de elaboração. Toda a cartografia temática deverá conter dados atuais.

Os documentos cartográficos em meio digital deverão ser apresentados em formatos de arquivos vetores de uso corrente na versão original, preferencialmente AutoCAD (.dwg) e/ou ArcGis (.shp), além disso os documentos também deverão ser apresentados em extensão ".kmz". Incluir,

ainda, cópia digital das imagens utilizadas em formato de arquivo de uso corrente.

O posicionamento do título e legenda de plantas e detalhes do empreendimento (plantas de obras civis, mapas de descrição, caracterização, localização etc.) e de mapas temáticos (área de influência, geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos, vegetação, uso atual do solo etc.) deverão seguir as Normas da ABNT para apresentação de desenho técnico.

A fim de evitar multiplicação desnecessária de arquivos e fontes de dados, recomenda-se a integração das diversas feições em um banco de dados geográficos (*geodatabase*) para o trabalho da equipe multidisciplinar, a ser gerenciado pelo Coordenador do grupo, permitindo a visualização dos levantamentos realizados por todos os componentes, bem como as interinfluências entre os meios físico, biótico e socioeconômico.

3. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA

3.1. APRESENTAÇÃO

A apresentação do EIA deverá oferecer ao leitor uma visão clara da finalidade e justificativa do estudo, as diretrizes que orientaram a sua elaboração e conteúdo, segundo as normas de apresentação de trabalhos técnicos da ABNT.

3.2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, DO PROPONENTE, DA EMPRESA CONSULTORA E DA EQUIPE TÉCNICA

- a) Identificação do empreendimento (denominação oficial);
- b) Identificação e qualificação do proponente (nome ou razão social, número dos registros legais, endereço completo, telefone e e-mail dos responsáveis legais e pessoas de contato);
- c) Identificação da empresa consultora responsável pela elaboração do EIA/RIMA, incluindo nome/razão social, endereço, telefone, e-mail, número de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (IBAMA) e nome do profissional para contato;
- d) Identificação da equipe técnica multidisciplinar responsável pela elaboração do EIA/RIMA, discriminando o nome, a especialidade de cada profissional, a função desempenhada no EIA/RIMA, o número do Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (IBAMA), o número dos respectivos registros profissionais e o número das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) expedidas por seus respectivos Conselhos de Classe, por cada atividade executada no EIA/RIMA;
- e) A função desempenhada por cada profissional no EIA/RIMA deverá ser informada de forma detalhada, considerando a especificação de cada tema apresentado no Estudo. Exemplo: no meio físico, deverá ser

informado o profissional responsável por cada tema: clima e condições meteorológicas, qualidade do ar, ruído, geologia e recursos minerais, geomorfologia/geotecnia, pedologia, recursos hídricos superficiais e recursos hídricos subterrâneos; no meio biótico, deverá ser informado o profissional responsável por cada tema: flora e fauna (listar todos os profissionais envolvidos no levantamento dos diferentes grupos vegetais e animais) e ecossistemas aquáticos; no meio socioeconômico, deverá ser informado o profissional responsável por cada tema: caracterização demográfica, saúde, comunicação, educação, uso e ocupação do solo (Plano Diretor), caracterização das comunidades afetadas, comunidades tradicionais e patrimônio cultural.

3.3. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DO EMPREENDIMENTO

Apresentar os objetivos do empreendimento, abordando os aspectos técnicos, ambientais, econômicos e político-governamentais, bem como as justificativas para a sua implantação.

3.4. ALTERNATIVAS LOCACIONAIS E TECNOLÓGICAS

Descrever e analisar, utilizando o mesmo grau de profundidade e sob os mesmos critérios, as alternativas locacionais e tecnológicas estudadas, avaliando os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais envolvidos (análise custo-benefício). Para as alternativas locacionais, apresentar os melhores locais para a implantação do empreendimento em função das características ambientais.

No estudo de alternativas tecnológicas, considerar as melhores tecnologias de processo e sistemas de controle ambiental disponíveis, que levem à redução ou eliminação dos efeitos negativos causados ao meio ambiente.

Incluir, por fim, mapa(s) em escala adequada, georreferenciado (coordenadas geográficas e UTM, Datum SIRGAS 2000), indicando a localização de cada uma das alternativas estudadas.

3.5. JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA PREFERENCIAL

Proceder à apreciação sucinta de comparação das alternativas analisadas e indicar qual, entre elas, constitui-se na opção escolhida para implantação do empreendimento. Apresentar justificativa da escolha dessa alternativa.

3.6. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO EMPREENDIMENTO

Apresentar informações que possibilitem o entendimento básico do empreendimento nas suas diversas fases (planejamento, instalação, operação e desativação), a partir da alternativa escolhida.

A descrição técnica do empreendimento deverá demonstrar o atendimento a todos os critérios estabelecidos na Instrução Normativa CPRH nº 008/2021, a qual dispõe sobre critérios locacionais para o licenciamento ambiental de aterros sanitários de resíduos sólidos não perigosos.

Deverão ser contempladas, no mínimo, as seguintes informações:

a) Caracterização da área:

Caracterização da área do empreendimento, incluindo sua localização no município de Nazaré da Mata, acessos, dimensões, confrontações e zoneamento urbano do Plano Diretor Municipal (se houver) com o empreendimento. Incluir:

- Planta de situação da área, em escala compatível com o porte do empreendimento, georreferenciada (coordenadas geográficas e UTM), abrangendo o município em que se localiza, indicando: orientação magnética, principais eixos viários, principais corpos d'água; Área de Segurança Aeroportuária, conforme legislação atual; e outras informações julgadas necessárias.
- Imagem de satélite ou fotografia aérea da área do empreendimento e seu entorno, nas condições atuais, em escala compatível com o porte do empreendimento, georreferenciada (coordenadas geográficas e UTM), indicando graficamente os seguintes elementos: orientação magnética; escala gráfica e numérica; limite do empreendimento; topografia, destacando as curvas de nível (espaçamento recomendável de 2 em 2 metros); áreas de ocorrência de vegetação protegida por lei; APPs, conforme Lei Federal N° 12.651/2012 e alterações, Medidas Provisórias e Resoluções do Conama; áreas de reserva legal, se couber; Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais; corpos d'água e respectivas faixas de proteção (APP); vias existentes; construções existentes; indicação dos limites da zona urbana, de expansão urbana e rural; e outras informações julgadas necessárias.

b) Ordenamento do uso do solo na propriedade:

- Informar sobre a propriedade da área pretendida para a implantação do empreendimento, quanto à titularidade e ao zoneamento territorial (urbana/rural).
- Usos e servidões atuais e projetados: interferências de utilidade pública incidentes sobre a área, com vistas a subsidiar a compreensão do processo de ocupação, aspectos indutores e o estado de conservação dos recursos ambientais. Prestar informações também sobre a existência de usos informais na propriedade.
- Informar sobre equipamentos e infraestrutura (rodovias, vias de acesso, linhas de transmissão de energia, gasodutos etc.), públicos ou privados, já instalados, em instalação ou projetados para a área (caso seja conhecido), e como os mesmos se integrarão ao empreendimento ou qual será a solução adotada.

c) Características técnicas do empreendimento:

Caracterização dos equipamentos a serem instalados, incluindo estimativa de dimensionamento e suas características técnicas,

considerando, no mínimo:

- Previsão de adequação do empreendimento ao que está estabelecido nas Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Federal N° 12.305 de 2 de agosto de 2010 e Lei Estadual N° 14.236 de 13 de dezembro de 2010), abordando, no que couber, a aplicação dos instrumentos de implementação das Políticas, como os planos estadual e municipais de resíduos sólidos.
- Capacidade de recebimento de resíduos ou rejeitos (considerando os volumes das unidades de disposição final dos resíduos); regime de operação (n° de turnos, horas/dia, dias/mês); características dos equipamentos principais e instalações auxiliares.
- Apresentação dos cálculos da estimativa da quantidade de resíduos a serem recebidos a partir das populações totais (urbana e rural) dos municípios que se pretende atender, considerando as populações atuais (dados do IBGE) e futuras (projeções), até o ano da vida útil estimada. Considerar dados oficiais de geração per capita de resíduos sólidos para cada município, constantes em estudos e documentos específicos, como o Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS ou o Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos - PIRS (caso exista).
- Caracterização dos resíduos a serem recebidos no Aterro Sanitário (podem ser adotados os dados apresentados nos Planos Estadual e Municipal de RS), incluindo:
 - ✓ Caracterização qualitativa: classificação, conforme ABNT (NBR 10.004/2004), de cada resíduo, indicando suas respectivas origens.
 - ✓ Caracterização quantitativa: previsão da quantidade de cada resíduo a ser recebido no Aterro Sanitário, informando o percentual correspondente para cada resíduo (composição gravimétrica).
- Quantitativo de efluentes a serem gerados (chorume) a partir da massa de resíduos sólidos a serem dispostos no Aterro Sanitário em questão.
- Concepção geral do sistema de tratamento de efluentes (chorume) previsto, incluindo memorial descritivo, fluxograma e layout da ETE projetada. Caso não seja prevista a instalação de ETE, apresentar estudo que justifique a recirculação de todo o efluente gerado, não sendo necessária a ETE.
- Caracterização das unidades componentes do aterro sanitário (células; sistema de tratamento de lixiviado; sistemas de impermeabilização, drenagem de gases, drenagem de chorume, drenagem de águas pluviais etc.; guarita; balança; prédio administrativo; sistema viário; cinturão verde etc.).

- Dispositivos, equipamentos e procedimentos destinados à prevenção de acidentes ambientais na fase de implantação e operação do empreendimento.
 - Previsão de vida útil do aterro sanitário, com memória de cálculo que considere os volumes de resíduos (ou rejeitos) aterrados ao longo dos anos e a área disponível para as células.
 - Previsão de como será realizada a desativação do aterro sanitário, indicando os possíveis usos a serem adotados para a área após o encerramento do aterro sanitário.
- d) Planta do Aterro Sanitário, em escala compatível com o porte do empreendimento, georreferenciada (coordenadas geográficas e UTM), indicando graficamente os seguintes elementos: orientação magnética; limites da área; topografia, destacando as curvas de nível (espaçamento recomendável de 2 em 2 metros); áreas verdes e áreas protegidas (APPs, por exemplo), caso haja; áreas de reserva legal; corpos d'água, ainda que intermitentes, e respectivas faixas de proteção, caso haja; e outras informações julgadas necessárias.
- e) Planta do Aterro Sanitário, em escala compatível com o porte do empreendimento, georreferenciada (coordenadas geográficas e UTM), indicando graficamente os seguintes elementos: orientação magnética; limites da área; layout/arranjo das unidades componentes do aterro sanitário (células, sistema de tratamento do lixiviado, sistema de tratamento dos efluentes, guarita, balança, prédio administrativo, sistema viário, cinturão verde etc.); áreas verdes e áreas protegidas (APPs, por exemplo), caso haja; áreas de reserva legal; corpos d'água, ainda que intermitentes, e respectivas faixas de proteção, caso haja; e outras informações julgadas necessárias.
- f) Descrição das etapas do processo, desde o recebimento dos resíduos, descrevendo os mecanismos e/ou equipamentos utilizados em cada etapa, as unidades, os equipamentos/sistemas de controle ambiental previstos etc. Incluir fluxograma ou diagrama de blocos simplificado.
- g) Emissões atmosféricas: dados relativos à sua produção, composição e equipamentos de controle da poluição previstos.
- h) Emissão de odores: dados relativos à sua produção e equipamentos de controle previstos.
- i) Emissão de ruídos: dados relativos à sua produção, incluindo a descrição dos equipamentos geradores de ruídos e aqueles adotados para o controle dessas emissões.
- j) Diretrizes de recomposição vegetal.
- k) Diretrizes infraestruturais para a operação do empreendimento (abastecimento d'água; esgotamento sanitário; drenagem pluvial; resíduos sólidos; efluentes líquidos; energia elétrica; gás etc.):
- Abastecimento d'água: previsão de consumo e alternativas de

abastecimento d'água para os diversos usos, apresentando informações sobre localização, captação, estimativa de vazão etc. Havendo previsão de interligação ao sistema público, apresentar as diretrizes estabelecidas pela concessionária do serviço, onde seja, inclusive, evidenciado que esta tem condições de atender a demanda prevista para o projeto, em prazos compatíveis com as etapas de sua implantação. No caso de previsão por parte do empreendedor de utilização de alternativas de captação (superficial ou subterrânea) não interligadas ao sistema público, a CPRH deverá ser consultada quanto ao fornecimento de diretrizes adicionais a este TR.

- Esgotamento sanitário: descrição do sistema de coleta, tratamento⁽¹⁾ e disposição final dos esgotos sanitários gerados (indicar o corpo receptor), destacando o atendimento aos padrões estabelecidos pelas Resoluções do CONAMA n° 357/05 e 430/11 e ao controle de carga orgânica e coliforme, conforme normas da CPRH. Havendo previsão de interligação ao sistema público, caso exista, apresentar as diretrizes estabelecidas pela concessionária do serviço, onde seja, inclusive, evidenciado que esta tem condições de atender a demanda prevista para o projeto.
 - Drenagem pluvial: descrição do sistema de drenagem de águas pluviais, incluindo a indicação do local de deságue no corpo receptor.
 - Resíduos sólidos: descrição dos principais resíduos a serem gerados, estimativa de quantificação, classificação conforme NBR n° 10.004/2004 da ABNT, bem como informações sobre seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final.
- l) Informações sobre a localização e a situação atual de exploração das áreas a serem utilizadas como jazidas, empréstimos e depósitos temporários, caso já estejam definidas.
 - m) Origem, quantificação e qualificação da mão-de-obra a ser utilizada nas etapas de instalação e operação do empreendimento.
 - n) Indicação e descrição dos empreendimentos associados e decorrentes, considerados indispensáveis à viabilização do empreendimento objeto do estudo, caso haja.
 - o) Localização e descrição do(s) canteiro(s) de obra, incluindo a descrição da infraestrutura utilizada na fase de instalação do empreendimento: abastecimento d'água; esgotamento sanitário; destinação final de efluentes; resíduos sólidos etc. Seguir as mesmas orientações dadas no tópico "Diretrizes infraestruturais para a operação" acima.
 - p) Fonte dos recursos e custo total do empreendimento.

¹ Deverá ser apresentada a concepção geral do sistema de tratamento de efluentes, incluindo memorial descritivo, fluxograma e layout da ETE projetada.

- q) Prazo e cronograma de desenvolvimento do empreendimento e descrição das etapas de execução, caso previstas ou programadas.
- r) Outras informações julgadas pertinentes pela equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do EIA para a compreensão do projeto.

3.7. PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Os estudos ambientais deverão contemplar o levantamento dos planos e programas (públicos, privados e mistos) de desenvolvimento, propostos e em implantação, com incidência na área de influência e que possam interferir positiva ou negativamente no empreendimento. Deverá ser dada ênfase aqueles que têm relação direta com o empreendimento em referência e sua área de abrangência. Além de listá-los, deverá ser informado seu período de implantação e operação, sua compatibilidade ao prazo de implantação do empreendimento, bem como ser precedida uma análise das influências recíprocas da ação proposta e desses processos setoriais de desenvolvimento na área de influência e as medidas para promover as compatibilidades porventura necessárias.

Abordar a relação do empreendimento com o Plano Pernambuco 2035 - Plano Estratégico do Desenvolvimento de Longo Prazo para o Estado de Pernambuco.

3.8. ANÁLISE JURÍDICA

Deverá ser contemplado o conjunto de leis e regulamentos, nos diversos níveis (federal, estadual e municipal), que regem os empreendimentos dessa natureza e a proteção ao meio ambiente na área de influência, e que tenham relação direta com o projeto. Além da enumeração ou listagem das normas, o EIA deve proceder a análise das limitações por elas impostas ao empreendimento, bem como as medidas para promover as compatibilidades porventura necessárias⁽²⁾. Ênfase especial deverá ser dada aos aspectos vinculados à:

- a) Competências Ambientais (Legislação Federal: Lei Complementar n° 140, de 08/12/2011).
- b) Uso e ocupação do solo (Lei Federal n° 6.766/79, Legislação Municipal: Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo - zoneamento).
- c) Proteção e controle da poluição (Ar, Água, Solo, Resíduos Sólidos e Controle de Poluição). Trata-se de referência sumária à legislação relacionada aos principais impactos propriamente ditos como decorrência da implantação do empreendimento.
- d) Proteção e controle da poluição sonora (Lei Estadual n° 12.789; NBR 10.151 e NBR 10.152).
- e) Proteção à qualidade e quantidade das águas (Lei Federal n° 9.433/97; Lei Estadual n°12.984/2005; Resoluções do CONAMA n°s

² As recomendações propostas deverão ser explicitadas no item 3.12 do EIA (Medidas de Controle).

357/05 e 396/08 e demais legislações relacionadas ao enquadramento/classificação dos corpos d'água, padrões de qualidade, normas da CPRH etc).

- f) Proteção à qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas, segundo a Resolução CONAMA 420/2009 e alterações.
- g) Espaços legalmente protegidos (UCs, APPs, áreas de vegetação protegida, áreas de proteção de mananciais etc.). Considerar, entre outras, as seguintes legislações: Lei Federal nº 9.985/2000, Resolução CONAMA nº 369/2006, Lei Estadual nº 9.931/1986, Lei Federal nº 12.651/2012, Lei Estadual nº 13.787/2009.
- h) Supressão de vegetação e compensação ambiental (Lei Federal nº 12.651/2012; Lei Federal nº 9.985/2000 e Decreto nº 4.340/2002; Resolução CONAMA nº 369/2006; Resolução CONAMA nº 371/2006; Lei Estadual nº 11.206/1995; Resolução Consema-PE nº 04/2010 e IN CPRH nº 007/2021).
- i) Legislação sobre fauna (Lei Federal nº 5.197/67 e suas atualizações, IN IBAMA nº 179/2008, IN CPRH nº 07/2018, Portaria MMA Nº 444/2014, Portaria MMA Nº 148/2022, Resolução SEMAS/PE Nº 1/2015, Resolução SEMAS/PE Nº 1/2017 e Portaria SEMAS/PE Nº 41/2022 e Portaria Conjunta SEMAS e CPRH Nº 02/2022).
- j) Licenciamento e avaliação de impacto ambiental (Lei Federal nº 6.938/81 e Decreto nº 99.274/90; Resoluções CONAMA nºs 01/86, 09/87, 01/88, 237/97; Lei Estadual nº 14.249/2010 e suas alterações; e Instrução Normativa CPRH nº 008/2021).
- k) Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010 e Lei Estadual nº 14.236/2010) e regulamentações decorrentes.
- l) Marco legal do saneamento básico (Lei Federal nº 14.026/2020).
- m) NBR 8.419/1992 (Diretrizes para apresentação de projetos de aterros de resíduos sólidos urbanos) e NBR 13.896/1997 (Aterros de resíduos não perigosos - critérios para projeto, implantação e operação).
- n) Responsabilidades ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998 e Lei Estadual nº 14.249/2010 e suas alterações).
- o) Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (Lei Federal nº 3.924/1961, Lei Federal nº 3.551/2002, Portaria do IPHAN nº 07/88 e IN IPHAN 01/2015).
- p) Área de Segurança Aeroportuária - ASA (Lei Federal nº 12.725/2012, Resolução ANAC nº 611/2021 - Emenda nº 06 ao Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 153).
- q) Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98).

3.9. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Delimitar e justificar as áreas de influência do empreendimento (espaço geográfico a ser direta ou indiretamente afetado pelas alterações ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, tanto na fase de instalação como de operação), abrangendo distintamente os meios físico, biótico e socioeconômico. A definição dos limites das áreas de influência deve ser devidamente justificada, estando sujeita à revisão por parte da CPRH, com base nos impactos identificados e sua abrangência.

A área de influência do empreendimento deve considerar três níveis, quais sejam:

- **Área de Influência Indireta (AII):** aquela onde os impactos provenientes da implantação e operação do empreendimento se fazem sentir de maneira indireta e com menor intensidade em relação à área de influência direta.
- **Área de Influência Direta (AID):** aquela sujeita aos impactos diretos provenientes da implantação e operação do empreendimento.
- **Área Diretamente Afetada (ADA):** aquela onde ocorrem as intervenções relacionadas ao empreendimento, incluindo as áreas de apoio, como canteiros de obra, acessos, áreas de empréstimo, áreas de depósito temporário etc.

Apresentar mapas, georreferenciados e em escala adequada, contendo cada uma das áreas de influência (AII, AID e ADA) delimitadas.

Recomenda-se que, uma vez definidas as áreas de influência, as mesmas sejam apresentadas à CPRH/NAIA, pela equipe multidisciplinar responsável pelo EIA/RIMA, previamente à conclusão dos estudos ambientais. Essa apresentação visa à avaliação preliminar das áreas pela equipe técnica do NAIA, a fim de reduzir a possibilidade de solicitação de alteração das áreas de influência na fase de análise do Estudo.

3.10. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

As informações a serem contempladas neste item devem propiciar a compreensão da realidade atual da área de influência do empreendimento, antes da sua implantação, segundo os diferentes meios (físico, biótico e socioeconômico), devendo ser realizado em dois níveis de abordagem: um referente à ADA e à AID e outro referente à AII. Estas informações devem ser inter-relacionadas, resultando num diagnóstico integrado, de forma a se constituir em quadro referencial compreensivo para subsidiar a análise de impactos ambientais do projeto. Recomenda-se o uso de mapas e fotos datadas como recursos ilustrativos, acompanhadas de legendas explicativas da área, como instrumentos técnicos de análise, não apenas como mera ilustração.

O diagnóstico não deve se constituir em mera compilação de informações, devendo a equipe multidisciplinar reunir os dados necessários que muitas vezes não existem e devem ser produzidos e, adicionalmente, realizar amostragens, trabalhos de campo e pesquisas para complementá-los. A

equipe multidisciplinar deverá também proceder a uma análise crítica de consistência dos estudos específicos realizados por outros autores e que porventura sejam utilizados para fundamentar as conclusões do EIA. Apresentar, por fim, análise conclusiva dos temas estudados.

Os levantamentos e análises temáticas deverão ser diferenciados para cada uma das áreas de influência (AII, AID e ADA), sendo necessária, na área de influência direta (AID) e na área diretamente afetada (ADA), quando couber, a realização de investigações mais aprofundadas, com dados primários, uma vez que nelas se verificarão os principais impactos e com maior intensidade.

O diagnóstico ambiental **deverá demonstrar o atendimento a todos os critérios estabelecidos na Instrução Normativa CPRH nº 008/2021**, a qual dispõe sobre critérios locacionais para o licenciamento ambiental de aterros sanitários de resíduos sólidos não perigosos.

A elaboração do diagnóstico deve ser estruturada e orientada pelo enfoque e conteúdo (mínimo) a seguir expostos:

3.10.1. MEIO FÍSICO

3.10.1.1 Clima e condições meteorológicas

Caracterização dos aspectos climáticos e meteorológicos da área, observando, entre outros, o comportamento sazonal, típico e extremo, dos principais parâmetros meteorológicos: precipitação, insolação, direção e velocidade dos ventos. Utilizar séries de dados secundários, registrados em estações meteorológicas as mais próximas possíveis da área do empreendimento.

3.10.1.2 Qualidade do ar

Caracterização da qualidade do ar na AID, considerando os poluentes que podem ser gerados com a operação do empreendimento. Especial atenção deverá ser dispensada aos locais de maior potencial de geração de poluentes e principalmente no que diz respeito à proximidade das áreas urbanas e quanto à velocidade, frequência e direção dos ventos predominantes. Apresentar laudos e incluir planta (georreferenciada), em escala adequada, com a localização dos pontos de amostragem e informação das coordenadas geográficas de cada ponto.

3.10.1.3 Ruído

Caracterização das condições de ruído na AID, diagnosticando os níveis atuais, conforme legislação e normatização aplicáveis. Apresentar laudos e incluir planta (georreferenciada), em escala adequada, com a localização dos pontos de amostragem e informação das coordenadas geográficas de cada ponto.

3.10.1.4 Geologia e recursos minerais

Caracterização e mapeamento, georreferenciado e em escala adequada, das principais unidades geológicas (litologia, estruturas etc.) presentes na AII, AID e ADA, por meio de interpretações de imagens de satélite,

fotografias aéreas e serviços geológicos de campo.

Apresentação do arcabouço estratigráfico e estrutural, enfatizando as principais feições estruturais, geológicas e tectônicas (por exemplo: posição das camadas, falhas, fraturas, juntas), com identificação da área a ser afetada.

Identificação dos recursos minerais existentes na ADA, a partir de levantamento de áreas requeridas junto à Agência Nacional de Mineração – ANM, a fim de que seja verificada a compatibilização do empreendimento com a disponibilização do recurso mineral.

3.10.1.5 Geomorfologia/Geotecnia

Caracterização geomorfológica/geotécnica da AID indicando a compartimentação topográfica da área, abordando aspectos morfológicos (descrição das formas de relevo), morfométricos (declividade das vertentes) e morfodinâmicos (dinâmica de processos).

Apresentar estudo de sondagem geotécnica para a ADA, indicando o nível d'água do lençol freático, com a representação em plantas georreferenciadas dos locais de realização das sondagens e caminhamentos realizados para aquisição de dados com emprego de métodos diretos e/ou indiretos, se utilizados. Informar as coordenadas geográficas dos pontos de sondagem.

3.10.1.6 Pedologia

Descrição e mapeamento dos tipos de solos e capacidade de uso. Na descrição dos solos, constar informações sobre suas características físicas, químicas e morfológicas. Juntamente à descrição das classes de solo, apresentar mapa temático dessas classes, em escala compatível para a AID, de acordo com o atual Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SIBCS) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Avaliação das condições de permeabilidade do solo da ADA, a fim de se conhecer a capacidade de infiltração de efluentes líquidos, bem como a vulnerabilidade das águas subterrâneas. Apresentar laudos e incluir planta, em escala adequada, com a localização dos pontos de amostragem (georreferenciados).

3.10.1.7 Recursos hídricos superficiais

Caracterização dos recursos hídricos superficiais da área de influência do empreendimento (ADA e AID), incluindo:

- a) Bacia(s) hidrográfica (s) e sub-bacia(s) em que se insere(m) o empreendimento, incluindo suas características físicas.
- b) Corpos d'água e outras coleções hídricas, ainda que intermitentes, com a descrição de suas características físicas.
- c) Mapa da AID, em escala compatível com o porte do empreendimento, e georreferenciado (coordenadas geográficas e UTM), contendo as

coleções hídricas localizadas na AID e a indicação da distância até a área do empreendimento.

- d) Qualidade da água: deverão ser caracterizados os principais parâmetros (físicos, químicos e biológicos) dos corpos d'água (rios, riachos, nascentes, açudes, barreiros etc.) localizados total ou parcialmente na ADA e AID do empreendimento, incluindo aqueles que poderão ser utilizados como corpos receptores de efluentes líquidos ou como corpos receptores dos sistemas de drenagem. No caso de corpos receptores de efluentes líquidos, analisar sua capacidade de autodepuração.

Os resultados das análises de qualidade da água deverão ser discutidos considerando a legislação estadual pertinente e os parâmetros listados na Resolução Conama n° 357/05 e alterações. A caracterização dos corpos d'água deverá contemplar, no mínimo, os seguintes parâmetros: vazão característica, temperatura, pH, OD, DBO, DQO, fósforo, nitrogênio, nitrito, amônia, sólidos sedimentáveis, sólidos dissolvidos, condutividade, cor, turbidez, óleos e graxas, coliformes termotolerantes, ecotoxicidade, série de metais (Fe, Zn, Cr, Cu, Ni, Pb e Hg) e fenol.

Apresentar mapa georreferenciado em escala adequada demonstrando os pontos de coleta das amostras de água e informar as coordenadas geográficas de cada ponto. As informações deverão ser apresentadas sobre imagem de satélite ou fotografia aérea e constar a delimitação da ADA e AID.

- e) Identificação dos principais usos das águas na ADA e AID do empreendimento.

3.10.1.8 Recursos hídricos subterrâneos

Apresentar a caracterização hidrogeológica com vistas ao conhecimento do aquífero local, incluindo:

- a) Localização, natureza, geometria e estrutura geológica do aquífero local.
- b) Recarga, armazenamento, fluxo e descarga. Incluir mapa potenciométrico indicando a direção predominante do fluxo das águas subterrâneas.
- c) Relações do aquífero local com as águas superficiais e com outros aquíferos.
- d) Qualidade das águas (características físicas, químicas e biológicas) do aquífero local com as justificativas para os critérios de escolha dos pontos e parâmetros de amostragem, bem como a discussão dos resultados, tomando como referência a Resolução Conama n° 396/08. Apresentar mapa georreferenciado, em escala adequada, demonstrando os pontos de amostragem e informar as coordenadas geográficas de cada ponto. As informações devem ser apresentadas sobre imagem de satélite ou fotografia aérea e constar a delimitação da ADA e AID.

- e) Identificação (se houver) dos usos das águas do aquífero local (localização de pontos de captação, vazão captada, tipo de consumidor etc.) na ADA e AID do empreendimento.
- f) Identificar e caracterizar, caso existam, os mananciais subterrâneos de abastecimento público situados na área de influência do empreendimento, considerando tanto os mananciais em operação como aqueles identificados para captação futura.
- g) Vulnerabilidade natural do aquífero.

A caracterização, além de incluir relato interpretativo dos temas estudados, deverá vir ilustrada com mapeamento, em escala adequada, e contemplar os resultados das investigações.

3.10.2. MEIO BIÓTICO

Para a descrição e caracterização da cobertura vegetal e da fauna associada da ADA e da AID, deverão ser utilizados dados primários e complementarmente dados secundários. Os dados secundários utilizados deverão ser devidamente referenciados, com a menção dos autores e o ano em que o referido estudo foi publicado, além de virem separados dos dados primários para que se faça entender de forma clara os dados obtidos de forma primária e os obtidos de forma secundária.

Para a descrição da cobertura vegetal e da fauna associada da AII podem ser utilizados dados secundários atuais que possibilitem a compreensão sobre os temas em questão. Os dados secundários utilizados deverão ser devidamente referenciados, com a menção dos autores e o ano em que o referido estudo foi publicado.

Considerar no diagnóstico da AID as seguintes especificações:

- a) Os estudos realizados para o diagnóstico do meio biótico devem ser apresentados de forma clara, organizada e objetiva, contemplando:
 - (i) detalhamento da metodologia empregada para cada grupo biótico;
 - (ii) esforços espacial e temporal empregados;
 - (iii) apresentação dos resultados; e
 - (iv) análise dos dados (detalhar suficiência amostral, detectabilidade e índices de diversidade).
- b) As áreas de estudo deverão ser selecionadas de acordo com a variabilidade de ambientes, para que a amostragem seja representativa em todo o mosaico ambiental. Os locais selecionados para os levantamentos deverão ser listados, georreferenciados e mapeados indicando os pontos de amostragens.

3.10.2.1 Ecossistemas terrestres

Flora

Para a caracterização da vegetação da AII do empreendimento deverá ser feito um levantamento qualitativo da vegetação da área, contemplando os diversos estágios sucessionais, contendo:

- a) Mapeamento dos biótipos da área de influência, indicando as fitofisionomias e a florística;
- b) Listagem com a identificação das espécies endêmicas, raras, ameaçadas de extinção (essas deverão ser mapeadas e georreferenciadas), exóticas invasoras e as de valor econômico e alimentício, vulneráveis e de interesse científico.

Para a AID e ADA, realizar a caracterização e a elaboração de mapa de fitofisionomia, em escala mínima de 1:25.000, georreferenciada (coordenadas geográficas e UTM, SIRGAS 2000), contemplando a área (em hectare) dos fragmentos de vegetação, o grau de conservação, os diferentes estratos vegetais, estágios sucessionais, os corredores e as conexões existentes com outros fragmentos. Nestes mapas deverão ser espacializadas as áreas protegidas por legislação específica (APP, UCs, etc.) e as áreas que sofrerão supressão de vegetação.

Ainda para a AID e ADA, deve-se elaborar estudos qualitativos e quantitativos da flora, incluindo a composição florística dos diferentes estratos, inclusive espécies epífitas, e estudos fitossociológicos. Contemplar os principais estágios de regeneração das formações vegetais. Destacar as espécies protegidas, raras, endêmicas e ameaçadas de extinção atingidas, além daquelas de valor ecológico significativo, econômico, medicinal, faunístico e ornamental.

Fauna

Para a AII caracterizar a partir de dados qualitativos a fauna e habitats associados, destacando as espécies indicadoras de qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, conforme listas oficiais.

Os dados secundários utilizados deverão ser devidamente referenciados, com a menção dos autores e o ano em que o referido estudo foi publicado.

Para a AID e a ADA, caracterizar a fauna local, abrangendo mastofauna, herpetofauna e avifauna, a partir de dados qualitativos e quantitativos. Os dados quantitativos devem incluir descrição detalhada da metodologia, do esforço e eficiência amostral baseada na curva de rarefação de espécies, indicando o intervalo de confiança, estimativa de riqueza por grupo faunístico inventariado, abundância absoluta e relativa das espécies encontradas, equitabilidade, diversidade, e demais análises estatísticas pertinentes, por grupo inventariado.

Apresentar análise a respeito das espécies ameaçadas de extinção ou com algum grau de vulnerabilidade, registradas nas áreas de influência do empreendimento, informando as listas oficiais consultadas, que devem incluir no mínimo: Portaria MMA N° 444/2014, Portaria MMA N° 148/2022, Resolução SEMAS/PE N° 1/2015, Resolução SEMAS/PE N° 1/2017 e Portaria SEMAS/PE N° 41/2022.

Apresentar análise a respeito da ocorrência de espécies exóticas invasoras e espécies exóticas potencialmente invasoras do estado de Pernambuco conforme Portaria Conjunta SEMAS e CPRH N° 02/2022.

Apresentar listagem das espécies registradas (destacando as raras, endêmicas, migratórias, vulneráveis, ameaçadas de extinção, contendo o tipo de registro - pegada, visualização, entrevista).

Para a execução das atividades de Levantamento de Fauna é necessária a obtenção da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Fauna Silvestre. Essa Autorização deverá ser requerida na CPRH, pelo empreendedor, com a apresentação da documentação necessária.

3.10.2.2 Ecossistemas aquáticos

Para a AID, caracterizar qualitativamente a composição de macrófitas, ictiofauna, bem como da fauna malacológica e carcinológica, incluindo a distribuição e diversidade das espécies, destacando as de interesse socioeconômico, endêmicas, introduzidas, ameaçadas de extinção e exóticas invasoras.

Apresentar lista de animais de interesse comercial e importância econômica, bem como descrever a exploração desses recursos por populações extrativistas.

3.10.2.3 Unidades de Conservação (UCs)

Identificar e mapear as UCs municipais, estaduais e federais, e suas respectivas zonas de amortecimento, quando couber, localizadas num raio mínimo de 10 (dez) quilômetros do empreendimento.

Em atenção ao disposto na Resolução Conama nº 428/2010, 473/2015, e na Resolução Consema/PE nº 04/2010, deverá ser informada a distância do empreendimento às UCs, considerando as suas respectivas zonas de amortecimento, além da extensão da interferência do projeto proposto dentro dos limites da Unidade ou na sua zona de amortecimento.

Observar o plano de manejo, se houver, das UCs que estejam localizadas nas áreas de influência do empreendimento, com o objetivo de orientar a avaliação dos impactos nas Unidades ou na sua zona de amortecimento, quando for o caso.

3.10.2.4 Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade

Identificar as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, delimitadas pelo Ministério do Meio Ambiente; as áreas de importância biológica extrema, muito alta ou alta, conforme o Atlas da Biodiversidade de Pernambuco e as áreas de Reserva da Biosfera reconhecidas pela UNESCO, que estejam localizadas na área de influência do empreendimento, com mapeamento em escala adequada.

3.10.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

3.10.3.1 Diagnóstico da AII (IBGE e/ou outras fontes oficiais)

Para a AII, apresentar análise socioeconômica, a partir de dados atualizados de fontes oficiais, contendo os seguintes aspectos:

- a) Diagnóstico socioeconômico, no qual deverão constar os aspectos

relacionados à dinâmica dos municípios afetados pelo empreendimento, caracterizando as formas de uso e ocupação territorial.

- b) Caracterização da dinâmica demográfica quanto à: distribuição populacional dos municípios que destinam/destinarão seus resíduos ao empreendimento; taxas de crescimento populacional; tendências de crescimento da área urbana e rural, com base histórica.
- c) Caracterização do estado da saúde pública, que ofereça uma visão geral da área estudada, apresentando, os dados dos principais indicadores que influem no perfil nosológico da população, por exemplo: endemias, doenças de veiculação hídrica, doenças transmissíveis por vetores que se reproduzem devido ao descarte inadequado de resíduos sólidos.
- d) Identificação e caracterização, dos sistemas e veículos de comunicação social, tais como jornais de circulação local, sejam eles produzidos por associações comunitárias, sindicatos, instituições religiosas etc., rádios comunitárias, entre outros, que possam veicular conteúdo relacionado a impactos decorrentes do empreendimento.³
- e) Caracterização do sistema de organização social focando em entidades ambientais, grupos, organizações e cooperativas que atuem com meio ambiente e/ou resíduos sólidos.⁴

3.10.3.2 Diagnóstico da AID

Conduzir uma pesquisa socioeconômica, a partir de dados secundários atualizados, bem como dados primários, coletados em campo, considerando a cultura e as especificidades locais, com descrição detalhada da metodologia utilizada para a coleta dos dados. Nesta pesquisa deverão constar os seguintes aspectos:

- a) Caracterização das atividades econômicas urbanas e rurais, com dados dos setores primário, secundário e terciário do município de Nazaré da Mata.
- b) Identificação e caracterização, no município de Nazaré da Mata, dos estabelecimentos de educação, pública e privada (mais próximos da ADA), que possam desenvolver ou participar de atividades de educação ambiental relacionadas ao empreendimento, em suas fases de instalação e operação.
- c) Identificação e caracterização, se houver, de projetos de assentamento rural (estadual e/ou federal) existentes no território do município de Nazaré da Mata, informando sobre a sua localização em relação à área do empreendimento.

³ Incluir a AID como parte da pesquisa e levantamento deste tipo de informação.

⁴ Incluir a AID como parte da pesquisa e levantamento deste tipo de informação.

- d) Identificação e caracterização do “lixão” desativado do município de Nazaré da Mata, informando sobre a existência de catadores no local (não residentes) e de catadores residentes no “lixão”. Apresentar cadastro de catadores porventura já existente, realizado pela Prefeitura de Nazaré da Mata. Identificação também da existência de catadores “porta a porta” e de cooperativas e associações de catadores no município. Realizar o mesmo levantamento para os municípios dos quais se pretende receber os resíduos sólidos.
- e) Identificação, no município de Nazaré da Mata, da mão-de-obra existente, por meio de dados quantitativos e qualitativos, indicando o nível de qualificação e a disponibilidade, conforme os empregos diretos e indiretos a serem gerados pelo empreendimento em suas diferentes fases.
- f) Caracterização do uso e ocupação do espaço, por meio de mapeamento e de análise descritiva, incluindo a identificação dos seguintes aspectos:
- Áreas rurais, urbanas e de expansão, principais usos rurais, indicando as culturas permanentes, temporárias ou sazonais, as pastagens naturais ou plantadas, as vegetações nativas e exóticas;
 - Existência de empreendimentos e atividades no entorno da área do empreendimento (até 500 m da ADA);
 - Existência de conflitos e tensões sociais no entorno da área do empreendimento (até 1 km da ADA).

Apresentar as diretrizes do Plano Diretor Municipal, se houver, relacionadas a empreendimentos dessa natureza, bem como os respectivos mapas.

3.10.3.3 Caracterização da Comunidade Afetada

Verificar e identificar se há núcleos populacionais e/ou casas isoladas próximas a ADA do empreendimento, e se a localização das mesmas está de acordo ao que determina a Instrução Normativa CPRH n° 008/2021.

Para essa comunidade mais próxima, identificar, georeferenciar e mapear, individualmente, as propriedades, inclusive aquelas constituídas por posses existentes. Realizar nestas propriedades pesquisa censitária e entrevistas qualificadas para conhecer as relações sociais, econômicas e culturais, abrangendo:

- Aspectos econômicos: o conjunto das propriedades, inclusive dos proprietários não residentes e dos não proprietários, definindo os padrões da ocupação, através de levantamentos quali-quantitativos, avaliando as condições de habitação, a dimensão das propriedades, o regime de posse e uso da terra, o nível tecnológico da exploração, as construções, benfeitorias e equipamentos, os padrões de locomoção, as principais atividades desenvolvidas e áreas envolvidas, a estrutura da renda familiar e os resultados da

exploração econômica, o preço das terras e benfeitorias;

- Aspectos socioculturais: participação da comunidade em atividades comunitárias e associativas, organização familiar e de vizinhança;
- Percepção da população em relação às suas condições de habitabilidade e sobre a instalação do aterro, ressaltando as vantagens e desvantagens.

3.10.3.4 Comunidades Tradicionais

Identificar e caracterizar, se houver, as comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas, étnicas, etc.), as terras indígenas e os territórios tradicionais, sua localização geográfica e vias de acesso, conforme o Decreto Nacional nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O estudo das comunidades tradicionais (quilombola, indígena, etc) deverá seguir as orientações da Portaria Interministerial nº 60/2015, inclusive no que se refere às distâncias do empreendimento às comunidades. Independentemente da abrangência das áreas de influência do empreendimento, devem ser observados os limites indicados no Anexo 1 da referida Portaria.

Apresentar carta-imagem, em escala adequada, identificando os limites e os nomes das comunidades tradicionais identificadas, bem como suas distâncias ao empreendimento.

Os estudos de comunidades quilombolas deverão seguir os procedimentos e critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Para tal, o empreendedor e a equipe responsável pela elaboração desse estudo deverão dirigir-se ao INCRA para obter as orientações necessárias, bem como observar a Instrução Normativa INCRA nº 111/2021.

Os estudos de comunidades indígenas devem seguir orientações da FUNAI.

3.10.3.5 Patrimônio Cultural

Apresentar diagnóstico de caracterização e avaliação da situação atual do Patrimônio Cultural nas áreas de influência do empreendimento. Considerar os bens tombados pelo IPHAN, FUNDARPE e outros órgãos municipais de proteção ao Patrimônio Cultural.

O diagnóstico do Patrimônio Cultural deve abordar seus diversos aspectos, tais como: arqueológico, histórico, paisagístico, imaterial, espeleológico e paleontológico.

Os estudos relacionados ao Patrimônio Cultural, com vistas à avaliação do impacto do empreendimento sobre os bens culturais acautelados em âmbito federal, deverão seguir os procedimentos e critérios estabelecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Para tal, o empreendedor e a equipe responsável pela

elaboração desse estudo deverão dirigir-se ao IPHAN para obter as orientações necessárias.

3.10.4. PASSIVO AMBIENTAL

Levantamento e caracterização de passivo ambiental capaz de atuar como fator de dano ou degradação ambiental ao entorno, ao empreendimento e à população vizinha. São considerados como passivo ambiental: processos erosivos e ravinamentos; instabilidade de taludes de cortes e de aterros; assoreamento de elementos de drenagem, naturais ou não; APP não vegetada; contaminação do solo; passivos de natureza jurídica, como a necessidade de regularização de licenciamento, etc.

O levantamento do passivo ambiental deverá servir de base a intervenções corretivas ou compensatórias e ao planejamento de gestão ambiental dos projetos. Incluir documentação fotográfica.

Deve ser dispensada atenção especial às interferências em áreas legalmente protegidas e em mananciais destinados ao consumo humano.

O estudo do passivo ambiental deverá constar num item específico do EIA/RIMA, e não apenas estar incluso nos dados de diagnóstico.

3.11. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Deverão ser identificadas as ações impactantes e analisados os impactos ambientais potenciais, nos meios físico, biótico e socioeconômico, relativos às fases de planejamento, implantação, operação e desativação do empreendimento.

Os impactos serão avaliados nas áreas de influência definidas para cada um dos meios estudados e caracterizados no diagnóstico ambiental, considerando suas propriedades cumulativas e sinérgicas e a distribuição dos ônus e benefícios sociais. Para efeito de análise, os impactos devem ser classificados considerando, pelo menos, os seguintes critérios:

- **Efeito** (positivo ou negativo) - característica do impacto quanto aos seus efeitos benéficos ou adversos aos fatores ambientais.
- **Direcionalidade** (meio físico, meio biótico ou meio socioeconômico) - característica do impacto quanto ao componente do meio ambiente que recebe seu efeito.
- **Natureza** (direto ou indireto) - distingue se o impacto resulta diretamente de uma ação do empreendimento ou se o impacto se dá secundariamente à ação.
- **Periodicidade** (temporário, cíclico ou permanente) - traduz a frequência esperada de ocorrência do impacto na fase analisada (planejamento, instalação e operação).
- **Temporalidade** (imediato, curto prazo, médio prazo ou longo prazo) - traduz a duração do efeito do impacto no ambiente, considerando, de acordo com a Resolução Conseta-PE nº 04/2010: imediato - de 0 a 5 anos; curto prazo - de 5 a 10 anos; médio prazo - de 10 a 20 anos;

longo prazo - acima de 20 anos.

- **Abrangência** (local, restrito, regional ou global) - traduz a dimensão geográfica do efeito do impacto, considerando as áreas de influência: local - o impacto tem efeito apenas na ADA; restrito - o impacto tem efeito na AID; regional - o impacto tem efeito na AII; global - o impacto tem efeito além da AII.
- **Reversibilidade** (reversível ou irreversível) - traduz a capacidade do ambiente de retornar ou não à sua condição original depois de cessada a ação impactante. Os impactos negativos reversíveis poderão ser evitados ou mitigados, os impactos negativos irreversíveis serão compensados.
- **Probabilidade de ocorrência** (certo, provável ou remoto) - avalia a probabilidade de ocorrência do impacto.
- **Magnitude** (baixa, média ou alta) - traduz a intensidade do efeito do impacto no meio ambiente, considerando a expressividade do efeito, as medidas necessárias para seu controle, a necessidade de compensação ambiental, entre outros fatores.
- **Importância** (baixa, moderada ou alta) - traduz a importância do impacto em função de todos os outros critérios avaliados.

Na apresentação dos resultados da avaliação, deverão constar:

- A metodologia de identificação dos impactos e os critérios adotados para a interpretação e análise de suas interações.
- Descrição detalhada e análise dos impactos sobre cada fator ambiental considerado no diagnóstico. Os impactos devem estar agrupados em função dos meios (físico, biótico e socioeconômico) e sub-agrupados de acordo com a fase em que poderá ocorrer (planejamento, implantação, operação e desativação). Cada impacto deve estar relacionado às atividades capazes de gerá-lo.
- Planilha contendo todos os impactos e sua classificação, conforme os critérios listados acima, indicando a fase de ocorrência (planejamento, implantação, operação ou desativação), o meio ao qual o impacto se direciona (físico, biótico ou socioeconômico) e o tipo de medida necessária para seu controle (maximizadora, mitigadora ou compensatória).

Na identificação dos impactos ambientais, considerar, no mínimo:

- Alterações na dinâmica superficial, tais como processos erosivos, assoreamentos e instabilidade de encostas, identificando os pontos críticos.
- Interferência na drenagem natural.
- Interceptação da rede de drenagem.

- Alterações na qualidade das águas superficiais e subterrâneas.
- Interferência na qualidade do solo e subsolo.
- Impactos decorrentes da exploração de jazidas e empréstimos e do descarte de materiais em áreas de depósito temporário (material excedente de escavações, restos de vegetação, solo e rochas alteradas etc.).
- Alterações na qualidade do ar.
- Geração de odores.
- Aumento do nível de ruídos e vibrações.
- Impactos decorrentes do manuseio de resíduos sólidos.
- Poluição por resíduos não adequadamente dispostos.
- Riscos de acidentes por produtos químicos, materiais tóxicos ou explosivos durante a fase de instalação e operação do empreendimento que possam resultar em dano às pessoas ou ao meio ambiente.
- Interferências em espécies vegetais ou animais, endêmicas, raras, vulneráveis, em processo de extinção, de interesse comercial, alimentício e científico.
- Atração e proliferação de vetores de doenças devido à implantação e operação do empreendimento.
- Supressão de vegetação nativa (deve ser informada a estimativa de áreas de supressão).
- Interferências sobre a fauna associada aos ambientes naturais e antrópicos afetados (perda de habitats, afugentamento de fauna etc.).
- Interrupção da migração de espécies.
- Interferências em UCs, APPs e áreas de vegetação protegidas legalmente. Contemplar, entre outros, a indicação e descrição das áreas atingidas, a tipologia, o estado sucessional, a quantificação da área a ser suprimida e a sua localização em mapa, em escala adequada, georreferenciado (coordenadas geográficas e UTM, SIRGAS 2000).
- Perda de terras e benfeitorias em áreas a serem desapropriadas. Contemplar, entre outras coisas, o número de habitações ou imóveis que serão objeto de indenização.
- Indução à ocupação desordenada de áreas não apropriadas.

- Aumento da demanda por serviços públicos de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, energia elétrica, serviços de utilidade pública etc., durante a execução das obras.
- Riscos de acidentes com a população local e com o pessoal alocado para as obras.
- Impactos sobre a população, decorrentes da instalação das obras e das atividades desenvolvidas no canteiro de obras, em especial os incômodos provocados por ruídos, poluição do ar e tráfego pesado.
- Riscos à saúde da população, aos trabalhadores e ao meio ambiente como consequência do manuseio de resíduos, operações de descarregamento, vazamento de áreas de estocagem, liberação de gases ao meio ambiente, exposição indevida de pessoas aos resíduos, transporte interno e externo de resíduos e outras situações relevantes (a fundamentação técnica para este impacto deverá ser feita com base em estudo de análise de riscos).
- Alterações na paisagem, considerando a descaracterização da área para implantação do empreendimento.
- Desvalorização imobiliária do entorno.
- Manutenção/geração de impostos.
- Alterações na oferta de emprego.
- Interferências no Patrimônio Cultural (arqueológico, histórico, paisagístico, imaterial, espeleológico e paleontológico).
- Outras alterações benéficas ou adversas como decorrência da implantação e operação do empreendimento julgadas pertinentes pela equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do EIA/RIMA.

3.11.1 Impacto do "lixão" - Trata-se de identificar possível(is) impacto(s) produzido(s) por interferências decorrentes da proximidade do vazadouro a céu aberto (lixão de Nazaré da Mata) sobre o empreendimento, caso o lixão permaneça sem remediação.

3.12. MEDIDAS DE CONTROLE

Deverão ser apresentadas e descritas medidas que visem minimizar, eliminar e, se for o caso, compensar os impactos adversos identificados, ou maximizar (potencializar) o efeito benéfico daqueles impactos positivos.

As medidas deverão ser classificadas quanto:

- À natureza:** mitigadora preventiva, mitigadora corretiva, maximizadora ou compensatória.
- À fase do empreendimento em que deverão ser adotadas:** planejamento, implantação, operação e, quando couber, desativação e caso de

acidentes.

- c) **Ao fator ambiental a que se aplicam:** físico, biótico ou socioeconômico.
- d) **Ao prazo de permanência de sua aplicação:** curto, médio ou longo.
- e) **À responsabilidade por sua implantação:** empreendedor, poder público ou outros, para os quais serão especificadas claramente as responsabilidades de cada um dos envolvidos.

Para facilitar a compreensão e análise, bem como visando à adequada implementação das medidas propostas, estas deverão ser classificadas segundo os critérios supracitados e consolidadas em um Programa Ambiental.

3.13. PROGRAMAS AMBIENTAIS

Deverão ser apresentados os Programas Ambientais, de forma simplificada, propostos para todas as fases do empreendimento, os quais consistem na consolidação das medidas mitigadoras, maximizadoras e compensatórias ou em programas de monitoramento. Os programas de monitoramento devem ter por finalidade permitir o acompanhamento da evolução dos impactos ambientais do empreendimento, avaliando a eficiência e eficácia das medidas. Os resultados obtidos deverão permitir a identificação da necessidade de adoção de medidas complementares.

A implementação dos programas, em especial aqueles vinculados ao meio socioeconômico, deverá se dar com a participação efetiva da comunidade diretamente afetada, bem como dos parceiros institucionais identificados, adotando-se procedimentos de comunicação social, buscando-se, desta forma, a inserção regional do empreendimento. A comunicação com esses atores deverá adotar metodologia que considere a escolaridade e a cultura local.

Na fase subsequente do licenciamento ambiental, os Programas Ambientais irão compor o Plano de Gestão da Qualidade Ambiental (PGQA) do empreendimento, o qual será elaborado por meio do Sistema Digital de Gestão da Qualidade Ambiental (SGQA Digital), localizado em "Nossos Sistemas" no Portal da CPRH, conforme Instrução Normativa CPRH nº 01/2021, que instituiu o Sistema Digital de Gestão da Qualidade Ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente poluidores e/ou causadores de degradação ambiental e seus entornos - SGQA Digital, ou outra norma que venha substituí-la posteriormente.

No Estudo Ambiental, os Programas Ambientais deverão ser nomeados e ter seus conteúdos formatados conforme consta na listagem de programas ambientais e conteúdos mínimos constantes na base do SGQA Digital. O empreendedor e a empresa consultora poderão ter acesso a essas informações a partir da realização do cadastro no SGQA Digital. No caso de o Estudo Ambiental sugerir a execução de um Programa Ambiental inexistente no Sistema, o mesmo será analisado, podendo ser adaptado para um já existente ou mesmo acrescentado ao SGQA Digital.

No Estudo Ambiental, deverão ser apresentadas as seguintes informações sobre cada Programa Ambiental:

- Nome: Nomear o programa, conforme consta na listagem de Programas Ambientais no SGQA Digital.
- Justificativa: Descrever situações/problemáticas que atestam a relevância do programa.
- Objetivos: Descrever os objetivos do programa.
- Metodologia: Descrever, de uma forma geral, os fundamentos teóricos-metodológicos do programa.
- Período de execução: Informar o período previsto para a execução do programa, considerando as fases de planejamento, instalação e operação do empreendimento.

Considerar, entre os Programas Ambientais passíveis de contemplação para esta tipologia de empreendimento, os seguintes:

- a) Gestão Ambiental;
- b) Comunicação Social;
- c) Educação Ambiental;
- d) Recuperação de Áreas Degradadas;
- e) Qualidade do Ar e Controle das Emissões Atmosféricas;
- f) Controle do Nível de Pressão Sonora (ruído);
- g) Controle de Erosão e/ou Assoreamento;
- h) Gerenciamento de Efluentes;
- i) Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- j) Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil;
- k) Controle e Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais;
- l) Controle e Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas;
- m) Gerenciamento de Riscos Ambientais e Ação de Emergência;
- n) Monitoramento da Fauna;
- o) Resgate e Afugentamento da Fauna;
- p) Compensação Ambiental pela Supressão de Vegetação;
- q) Inserção de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (se for o caso);
- r) Monitoramento Geotécnico de Aterros Sanitários;
- s) Controle Operacional de Aterros Sanitários.

3.14. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Apresentar o cálculo do Grau de Impacto - GI, os custos individuais dos Programas Ambientais propostos e o cálculo da Compensação Ambiental - CA de acordo com a Resolução Consema-PE nº 04/2010, que regulamenta a Compensação Ambiental dos empreendimentos no Estado de Pernambuco, em conformidade com a Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Apresentar sugestões de Unidades de Conservação a serem beneficiadas ou criadas com os recursos da Compensação Ambiental, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 9.985/2000, Decreto Federal nº 4.340/2002, Resolução Conama nº 371/2006 e Lei Estadual nº 13.787/2009.

3.15. PROGNÓSTICO DA QUALIDADE AMBIENTAL

Baseando-se nas informações do diagnóstico, na sua análise integrada e na avaliação de impactos, elaborar o prognóstico ambiental, apresentando uma análise comparativa dos cenários ambientais alternativos:

- Sem o empreendimento: Caracterizar as tendências da região frente os atuais processos indutores de impacto (atividades transformadoras ou ações capazes de causar alterações sobre os meios físico, biótico e socioeconômico);
- Com o empreendimento: Caracterizar as tendências da região tendo em vista os novos processos indutores de impactos (atividades transformadoras ou ações capazes de causar alterações sobre os meios físico, biótico e socioeconômico). Considerar a quantificação das demandas de infraestrutura física e social (projeção de: consumo de água; esgotos sanitários; resíduos sólidos; gás canalizado; demanda adicional por equipamentos sociais de saúde, educação etc.). Deve-se considerar a proposição e a existência de outros empreendimentos e suas relações sinérgicas, efeitos cumulativos e conflitos oriundos da implantação e operação do empreendimento, com vistas a aferir a viabilidade ambiental do projeto.

O prognóstico ambiental deve considerar os estudos referentes aos diversos temas de forma integrada e não apenas um compilado dos mesmos, devendo ser elaborados quadros prospectivos, mostrando a evolução da qualidade ambiental para a região, nas hipóteses de implantação do empreendimento e de não implantação.

3.16. CONCLUSÕES

Apresentar conclusão da equipe técnica responsável pela elaboração dos estudos, dando ênfase à viabilidade ambiental do empreendimento. Na hipótese do mesmo ser considerado viável, apresentar as recomendações técnicas pertinentes.

3.17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mencionar, no próprio texto do EIA, todas as referências bibliográficas utilizadas na elaboração dos estudos. A relação de obras consultadas

deverá ser listada neste capítulo, observadas as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

3.18. ANEXOS

Apresentar os documentos considerados pertinentes, devendo, entre estes, constar os seguintes:

- a) Comprovação de habilitação da empresa consultora e dos profissionais da equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA: deverão ser anexadas ao EIA cópias dos respectivos registros no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, conforme disposto na Resolução CONAMA nº 01/88, e cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) expedidas pelos Conselhos de Classe, para cada atividade executada no EIA/RIMA.
- b) Comprovante de registro da inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- c) Autorizações, pareceres, posicionamento e consultas técnicas, quando couber, a órgãos públicos e privados, quando couber, e respectivas diretrizes para implantação do projeto, com vistas a sua regularização socioambiental (COMPESA, INCRA, ITERPE, FUNDARPE etc.). Deverá ser anexado ao EIA, além das respostas das instituições consultadas, o ofício da solicitação.
- d) Diretrizes do responsável pelos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, caso esteja prevista a utilização desses sistemas nas fases de instalação e operação do empreendimento.
- e) Cópia das entrevistas realizadas para levantamento primário dos dados socioeconômicos.
- f) Documento da Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata declarando ciência do vazadouro a céu aberto vizinho à área proposta à instalação do aterro sanitário Nazaré da Mata CTR - PE e da responsabilidade de mantê-lo desativado e de realizar a remediação da área;
- g) Cópia deste Termo de Referência;
- h) Outros documentos considerados relevantes.

4. RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA tem sua formatação e conteúdo diferentes daquele definido para o EIA. O RIMA deve refletir as conclusões do EIA, sendo que as informações devem ser apresentadas de forma didática, redigidas em linguagem clara e acessível, de fácil leitura, e ao alcance da população em geral, devendo ser ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, além da presença de glossário para os termos técnicos e alguma outra ferramenta que facilite o seu entendimento. Apesar disso, o RIMA

não deve deixar de apresentar os dados e informações técnicas necessárias à compreensão do empreendimento. A estrutura do RIMA deverá contemplar, no mínimo, os tópicos a seguir relacionados:

1) Apresentação;

2) Dados básicos, tais como:

- O proponente do empreendimento.
- A empresa consultora que elaborou o EIA/RIMA.
- A composição da equipe responsável pelos trabalhos, com sua respectiva identificação.

3) Descrição do empreendimento, contendo:

- Informações técnicas sobre o empreendimento e as alternativas tecnológicas e locacionais propostas e analisadas, considerando a descrição feita no EIA, apresentando-as de forma consolidada e de fácil leitura.
- Os objetivos e justificativas do empreendimento.
- A localização do empreendimento, incluindo mapa de fácil leitura e visualização.
- O prazo de implantação e conclusão do empreendimento.
- O custo total dos investimentos previstos para o empreendimento.
- As interfaces do empreendimento com as políticas setoriais, planos e programas governamentais em desenvolvimento ou em implementação.
- A conformidade legal do empreendimento.

4) Áreas de influência do empreendimento:

Apresentar os espaços geográficos nos quais ocorrerão os impactos nas diversas fases do empreendimento, e para os meios físico, biótico e socioeconômico, considerando AII, AID e ADA.

5) Características ambientais da região:

Apresentar a síntese dos resultados do diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico.

6) Os impactos ambientais:

Apresentar e descrever os impactos ambientais identificados e analisados para as diversas fases do empreendimento.

7) As medidas mitigadoras, maximizadoras e compensatórias recomendadas:

Apresentar e descrever as medidas propostas, destacando sua classificação, o efeito esperado das medidas em relação aos impactos negativos e positivos e os impactos que não puderem ser evitados, que serão compensados.

8) Os programas ambientais previstos:

Apresentar os Programas Ambientais propostos, incluindo as seguintes informações: nome do programa, justificativa, objetivos, metodologia e período de execução.

9) Compensação Ambiental:

Apresentar o valor da Compensação Ambiental, informando o Grau de Impacto - GI e o Valor de Referência - VR, bem como as sugestões de Unidades de Conservação a serem beneficiadas ou criadas com os recursos da Compensação Ambiental.

10) O prognóstico ambiental:

Apresentar a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, considerando as situações de implantação do empreendimento e de não implantação do empreendimento.

11) Conclusões e recomendações:

Apresentar as conclusões e recomendação quanto à alternativa mais favorável, bem como comentários de ordem geral.

Recife, 08 de maio de 2023.

Equipe do NAIA - Núcleo de Avaliação de Impactos Ambientais

Adriana Damasceno de Melo
Analista em Gestão Ambiental - Engenheira Ambiental

Fábio da Silva Marques
Analista em Gestão Ambiental - Biólogo

Nahum Tabatchnik
Analista em Gestão Ambiental - Engenheiro Agrônomo

Severino Gomes de Oliveira
Analista em Gestão Ambiental - Sociólogo